**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2025 – REGISTRO DE PREÇOS**

Município de Guarani das Missões/RS

Secretaria Municipal de Administração

Edital de Pregão Eletrônico nº 021/2025 – Registro de Preços

Tipo de julgamento: menor preço por item

Modo de disputa: aberto

**Orçamento não sigiloso**

Processo nº 3.146/2025

Edital de Pregão Eletrônico - Registro de Preços, objetivando eventuais e futuras aquisições de materiais elétricos, para manutenção da iluminação pública e Secretarias Municipais.

**O PREFEITO DE GUARANI DAS MISSÕES/RS**, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por item, *registro de preços para eventuais e futuras* aquisições de materiais elétricos, para a manutenção da iluminação pública e Secretarias Municipais, conforme descrito nesse edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e dos Decretos Municipais nº 3.214/2023 e 3.218/2023.

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço: [*www.portaldecompraspublicas.com.br*](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), no dia **12 de agosto de 2025, às 08h30min**, podendo as propostas serem enviadas até às **08h29min do dia 12 de agosto de 2025**, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

1. **DO OBJETO:**

1.1 Registro de preços para eventuais e futuras aquisições de materiais elétricos, para a manutenção da iluminação pública e Secretarias Municipais, para manutenção das Secretarias Municipais, conforme as especificações contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I** deste Edital.

**2. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME**

**2.1.** Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

**2.2.** As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico: [*www.portaldecompraspublicas.com.br*](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

**2.3.** É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital.

**2.3.1.** Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**2.3.2.** Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**2.3.3.** Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

**2.3.4.** Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.

**2.3.5.** Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

**3. ENVIO DAS PROPOSTAS**

**3.1.** As propostas deverão ser enviadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando o item 4 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

**3.2.** O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais.

**3.2.1.** O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei.

**3.2.2.** Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.2.3.** O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, **se for o caso**, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, como condição para aplicação do disposto no item deste edital.

**3.2.4.** Declaração de observância do limite de R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**3.2.5.** Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**3.3.** Outros eventuais documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 01 (um) dia útil.

**4. PROPOSTA**

**4.1.** O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias úteis, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

**4.2.** Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando as diretrizes do **Anexo II – Modelo Sugerido de Proposta Comercial**, com a descrição completa, bem como com a indicação do valor unitário, marca, englobando a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

**5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá enviar os seguintes documentos no prazo máximo de 01 (um) dia útil, a contar da solicitação do Pregoeiro:

**5.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**a)** cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;

**b)** cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

**c)** prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

**d)** cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**5.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**a)** comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o licitante for pessoa natural, ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), se o licitante for pessoa jurídica;

**b)** comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**c)** prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante;

**d)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

**e)** prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

**f)** declaração de cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#art7xxxiii)

**5.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**a)** certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em vigor;

**5.3.1.** Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

**5.3.1.1.** A substituição referida no item 5.3.1. somente terá eficácia em relação aos documentos que tenham sido efetivamente apresentados para o cadastro e desde que estejam atualizados na data da sessão, constante no preâmbulo.

**5.3.2.** Caso algum dos documentos obrigatórios, exigidos para cadastro, esteja com o prazo de validade expirado, o licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

**5.3.3.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

**a)** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

**b)** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**5.3.4.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**6. VEDAÇÕES**

**6.1** Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

**a)** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**b)** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**c)** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm), concorrendo entre si;

**d)** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**e)** agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

**6.2.** O impedimento de que trata a alínea “a” do item 6.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**6.3.** Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

**7. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**7.1.** No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

**7.2.** O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 2.3.2 deste Edital.

**7.3.**A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

**7.4.** Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

**8. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**8.1.** O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

**8.2.** Serão desclassificadas as propostas que:

**a)** contiverem vícios insanáveis;

**b)** não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

**c)** apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

**d)** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**e)** apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

**8.3** A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

**8.4** Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

**8.5** As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

**8.6** Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

**8.7** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

**8.7.1** O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

**8.7.2** O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**8.7.3** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

**8.7.4** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de **R$ 0,01 (um centavo de real)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

**8.7.5** Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.

**8.7.6** Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**8.8** A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

**9. MODO DE DISPUTA**

**9.1.** Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 7.

**9.2.** A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**9.3.** A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

**9.4.** Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

**9.5.** Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

**9.6.** Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**9.7.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro horas) após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico: [www.guaranidasmissoes.rs.gov.br](http://www.guaranidasmissoes.rs.gov.br)

**10. CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

**10.1.** Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado as declarações de que tratam os itens 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital;

**10.1.2.** Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

**10.1.3.** Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

**a)** A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

**b)** Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 11.1. deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

**10.1.4.** O disposto no item 11.1.2. não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

**10.2.** Se não houver licitante que atenda ao item 11.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

**a)** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**b)** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão utilizados registros cadastrais para efeito de atestado de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;

**c)** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**10.3** Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**a)** empresas estabelecidas no território do Estado Rio Grande do Sul;

**b)** empresas brasileiras;

**c)** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**d)** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12187.htm)

**11. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO**

**11.1.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

**11.2.** A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 3.3 deste Edital.

**11.3.** Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

**11.4.** Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

**12. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO**

**12.1.** Os documentos de habilitação, de que tratam os itens 5.1., 5.2. e 5.3., enviados nos termos do item 5, todos deste edital, serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

**12.2.** As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

**12.3.** A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

**12.4.** A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

**12.5.** Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

**12.6.** Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

**13. RECURSO**

**13.1.** Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

**a)** ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

**b)** julgamento das propostas;

**c)** ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

**d)** anulação ou revogação da licitação.

**13.2.** O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

**13.3.** Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 13.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

**a)** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**b)** a apreciação dar-se-á em fase única.

**13.4.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**13.5.** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

**13.6.** O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**14. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO**

**14.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

**a)** determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

**b)** revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

**c)** proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

**d)** adjudicar o objeto e homologar a licitação.

**15. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO**

**15.1.** O licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de até 03 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**15.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**15.3.** Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

**15.4.** Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 4.1 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

**15.5.** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do 15.3 deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

**a)** convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

**b)** adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**15.6.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

**16. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**16.1.** A vigência da Ata de Registro de Preços será de 06 (seis) meses.

**17. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**17.1.** O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias a contar da entrega, sendo efetuado mediante crédito em conta corrente bancária, indicados pelo fornecedor na proposta vencedora ajustada ao lance, contendo a descrição dos produtos, quantidades, banco, código da agência e o número da conta corrente da empresa, para efeito de pagamento preços unitários e o valor total e nota de entrega atestada.

**17.2.** A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico, da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de liquidação e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

**17.3.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de 10 (dez) dias após a entrega e recebimento definitivo.

**17.4.** Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice INPC do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

**18. DA ENTREGA**

**18.1** A entrega dos materiais deverá ser no seguinte endereço, de forma parcelada, conforme solicitado, mediante expedição de empenho:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SANEAMENTO E TRÂNSITO – RUA PINDAÍ, S/N;

**18.2 As entregas deverão ser realizadas em até 15 (quinze) dias úteis após a expedição do empenho (enviado via e-mail)**.

**18.3** As entregas deverão ser realizadas livre de frete e descarga, em condições de higiene, devidamente transportados de acordo com a legislação.

**19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**19.1.**O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

**a)** dar causa à inexecução parcial do contrato;

**b)** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**c)** dar causa à inexecução total do contrato;

**d)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**e)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**f)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**g)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**i)** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**j)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**l)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**m)** praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12846.htm#art5)

**19.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 19.1 deste edital as seguintes sanções:

**a)** advertência;

**b)** multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

**c)** impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**19.3** As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 19.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

**19.4.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 19.2 do presente Edital.

**19.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**19.6.** A aplicação das sanções previstas no item 19.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**19.7.** Na aplicação da sanção prevista no item 19.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**19.8.** Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 19.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**19.9.** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**19.10.** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**19.11.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**19.12.** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**19.13.** A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 19.2 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

**20. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES**

**20.1.** Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do seguinte endereço eletrônico: [*www.portaldecompraspublicas.com.br*](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

**20.2.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no seguinte sítio eletrônico da Administração: [www.guaranidasmissoes.rs.gov.br](http://www.guaranidasmissoes.rs.gov.br)

**21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**21.1.** A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

**21.2.** Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

**21.3.** A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

**21.4.** Fica eleito o Foro da Comarca de Guarani das Missões/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

**21.5.** Anexos.

Anexo I - Termo de Referência

Anexo II - Minuta de Ata de Registro de Preços

Anexo III - Modelo Sugerido de Proposta

Anexo IV – Declaração de Atendimento à Norma do Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal

Anexo VI – Declaração de Beneficiário da Lei Complementar 123/2006

Guarani das Missões/RS, 28 julho de 2025.

**Leandro Inácio Wastowski**

**Prefeito**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PREGÃO**

**Art. 28, I, da Lei nº 14.133/2021**

**DE: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SANEAMENTO E TRÂNSITO**

**PARA: SETOR DE LICITAÇÃO**

|  |
| --- |
| **1. DEFINIÇÃO DO OBJETO – AQUISIÇÃO DE MATERIAS ELÉTRICOS** |
| 1. **Quantidade estimada:** conforme tabela abaixo  |  |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | --- | | **ITEM** | **QUANTIDADE MÁXIMA** | **DESCRIÇÃO** | **Valor unitário** | **Valor total** | | 01 | 700 UNIDADES | ABRAÇADEIRAS DE AÇO TIPO D ¾ | R$ 2,88 | R$ 2.016,00 | | 02 | 700 UNIDADES | ABRAÇADEIRAS DE AÇO D1” | R$ 3,08 | R$ 2.156,00 | | 03 | 1000 UNIDADES | ABRAÇADEIRA FITA 14MM 2X2 | R$ 1,58 | R$ 1.580,00 | | 04 | 1000 UNIDADES | ALÇA PRÉ-FORMADA PARA CABO MULTIPLEX 16MM | R$ 5,44 | R$ 5.440,00 | | 05 | 1000 UNIDADES | ALÇA PRÉ-FORMADA PARA CABO MULTIPLEX 10MM | R$ 2,61 | R$ 2.610,00 | | 06 | 2000 UNIDADES | BUCHA 6MM PARA TIJOLO FURADO | R$ 0,19 | R$ 380,00 | | 07 | 2000 METROS | CABO DE COBRE FLEXÍVEL 1,5MM² 450/750V, NORMAS TÉCNICAS NBR NM-247-3 E NBR NM-280, ESTABLECIDAS PELA ABNT, COM CERTIFICADO DO INMETRO. | R$ 1,94 | R$ 3.880,00 | | 08 | 2000 METROS | CABO DE COBRE FLEXÍVEL 2,5MM² 450/750V, NORMAS TÉCNICAS NBR NM-247-3 E NBR NM-280, ESTABLECIDAS PELA ABNT, COM CERTIFICADO DO INMETRO. | R$ 2,76 | R$ 5.520,00 | | 09 | 2000 METROS | CABO DE COBRE FLEXÍVEL 4MM² 450/750V, NORMAS TÉCNICAS NBR NM-247-3 E NBR NM-280, ESTABLECIDAS PELA ABNT, COM CERTIFICADO DO INMETRO. | R$ 8,03 | R$ 16.060,00 | | 10 | 2000 METROS | CABO DE COBRE FLEXÍVEL 6MM² 450/750V, NORMAS TÉCNICAS NBR NM-247-3 E NBR NM-280, ESTABLECIDAS PELA ABNT, COM CERTIFICADO DO INMETRO. | R$ 4,86 | R$ 9.720,00 | | 11 | 2000 METROS | CABO DE COBRE FLEXÍVEL 10MM² 450/750V, NORMAS TÉCNICAS NBR NM-247-3 E NBR NM-280, ESTABLECIDAS PELA ABNT, COM CERTIFICADO DO INMETRO. | R$ 7,99 | R$ 15.980,00 | | 12 | 2000 METROS | CABO PP 750V, 2X1,5 MM2, CONDUTOR FLEXÍVEL FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE (ENCORDOAMENTO CLASSE 4), ISOLAÇÃO DE PIREVINIL FLEXÍVEL, NA COR PRETA, NBR IMPRESSA NO PRODUTO. | R$ 3,54 | R$ 7.080,00 | | 13 | 2000 METROS | CABO PP 750V, 2X2,5 MM2, CONDUTOR FLEXÍVEL FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE (ENCORDOAMENTO CLASSE 4), ISOLAÇÃO DE PIREVINIL FLEXÍVEL, NA COR PRETA, NBR IMPRESSA NO PRODUTO. | R$ 4,37 | R$ 8.740,00 | | 14 | 2000 METROS | CABO PP 750V, 2X6 MM2, CONDUTOR FLEXÍVEL FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE (ENCORDOAMENTO CLASSE 4), ISOLAÇÃO DE PIREVINIL FLEXÍVEL, NA COR PRETA, NBR IMPRESSA NO PRODUTO. | R$ 11,20 | R$ 22.400,00 | | 15 | 2000 METROS | CABO PP 750V, 2X10 MM2, CONDUTOR FLEXÍVEL FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE (ENCORDOAMENTO CLASSE 4), ISOLAÇÃO DE PIREVINIL FLEXÍVEL, NA COR PRETA, NBR IMPRESSA NO PRODUTO. | R$ 17,90 | R$ 35.800,00 | | 16 | 2000 METROS | CABO PP 750V, 3X2,5 MM2, CONDUTOR FLEXÍVEL FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE (ENCORDOAMENTO CLASSE 4), ISOLAÇÃO DE PIREVINIL FLEXÍVEL, NA COR PRETA, NBR IMPRESSA NO PRODUTO. | R$ 9,89 | R$ 19.780,00 | | 17 | 500 METROS | CABO 10MM 7 PERNAS 1KV, SEMIRRIGIDO, PRETO OU AZUL | R$ 9,27 | R$ 4.635,00 | | 18 | 2000 METROS | CABO MULTIPLEX MONOFÁSICO 16MM (NEUTRO MAIS FASE) | R$ 10,14 | R$ 20.280,00 | | 19 | 1000 METROS | CABO QUADRUPLEX 16MM ALUMÍNIO | R$ 17,93 | R$ 17.930,00 | | 20 | 1000 METROS | CABO QUADRUPLEX 3X1X70 + 70MM2, 0.6/1KV P/R/CZ/VM, NEUTRO, NBR 8182 | R$ 73,93 | R$ 73.930,00 | | 21 | 100 UNIDADES | QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO SOBREPOR PARA DISJUNTOR 30X30X40 EM PLÁSTICO | R$ 40,59 | R$ 4.059,00 | | 22 | 500 UNIDADES | CAIXA CONDULETE 3/4, DE ALUMÍNIO, COM 05 ENTRADAS E TAMPA CEGA. | R$ 78,99 | R$ 39.495,00 | | 23 | 500 UNIDADES | CAIXA CONDULETE 1” , DE ALUMÍNIO, COM 05 ENTRADAS E TAMPA CEGA. | R$ 35,00 | R$ 17.500,00 | | 24 | 200 UNIDADES | CANALETA – SIMPLES PARA INSTALAÇÃO ELÉTRICA 2,20 M | R$ 33,55 | R$ 6.710,00 | | 25 | 300 BARRAS | CANO ELETRODUTO, PVC 1”, BARRA COM 3 METROS. | R$ 26,86 | R$ 8.058,00 | | 26 | 300 BARRAS | CANO ELETRODUTO, PVC 3/4, BARRA COM 3 METROS. | R$ 36,90 | R$ 11.070,00 | | 27 | 30 UNIDADES | CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO 12 A 16 DISJUNTORES PVC SOBREPOR | R$ 143,70 | R$ 4.311,00 | | 28 | 30 UNIDADES | CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO 12 A 16 DISJUNTORES COM BARRAMENTO TRIFÁSICO METÁLICA SOBREPOR, COM BARRAMENTOS DE TERRA E NEUTRO COM RESPECTIVOS SUPORTES. | R$ 495,44 | R$ 14.863,20 | | 29 | 300 UNIDADES | CINTA CIRCULAR ¼ X 38 X 180MM EM AÇO, COM PARAFUSO E PORCA | R$ 35,13 | R$ 10.539,00 | | 30 | 300 UNIDADES | CINTA CIRCULAR ¼ X 38 X 200MM EM AÇO, COM PARAFUSO E PORCA | R$ 49,72 | R$ 14.916,00 | | 31 | 300 UNIDADES | CINTA CIRCULAR ¼ X 38 X 220MM EM AÇO, COM PARAFUSO E PORCA | R$ 52,11 | R$ 15.633,00 | | 32 | 300 UNIDADES | CINTA CIRCULAR ¼ X 38 X 230MM EM AÇO, COM PARAFUSO E PORCA | R$ 45,10 | R$ 13.530,00 | | 33 | 300 UNIDADES | CINTA CIRCULAR ¼ X 38 X 250MM EM AÇO, COM PARAFUSO E PORCA | R$ 48,95 | R$ 14.685,00 | | 34 | 2000 UNIDADES | CONECTOR PERFURANTE NORMAL PRINCIPAL 10-70MM DERIVAÇÃO 1,5 – 10MM | R$ 4,99 | R$ 9.980,00 | | 35 | 2000 UNIDADES | CONECTOR CUNHA (COLORIDO), TIPO III PRINCIPAL 16M DERIVAÇÃO 2,5MM | R$ 1,80 | R$ 3.600,00 | | 36 | 300 UNIDADES | CURVA ELETRODUTO 90º, PVC, 1” | R$ 13,00 | R$ 3.900,00 | | 37 | 300 UNIDADES | CURVA ELETRODUTO 90º, PVC, ¾ | R$ 3,35 | R$ 1.005,00 | | 38 | 100 UNIDADES | DISJUNTOR MONOFÁSICO 10A | R$ 11,71 | R$ 1.171,00 | | 39 | 100 UNIDADES | DISJUNTOR MONOFÁSICO 16A | R$ 12,10 | R$ 1.210,00 | | 40 | 100 UNIDADES | DISJUNTOR MONOFÁSICO 25A | R$ 9,36 | R$ 936,00 | | 41 | 100 UNIDADES | DISJUNTOR MONOFÁSICO 32A | R$ 8,24 | R$ 824,00 | | 42 | 100 UNIDADES | DISJUNTOR MONOFÁSICO 40A | R$ 13,41 | R$ 1.341,00 | | 43 | 50 UNIDADES | DISJUNTOR TERMOMAGNETICO MONOPOLAR 35 a 50A,240V | R$ 9,95 | R$ 497,50 | | 44 | 50 UNIDADES | DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR 125 A 150A,240V | R$ 556,05 | R$ 27.802,50 | | 45 | 50 UNIDADES | DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR 60 A 100A,240V | R$ 78,57 | R$ 3.928,50 | | 46 | 100 UNIDADES | DISJUNTOR TRIFÁSICO 40A | R$ 42,16 | R$ 4.216,00 | | 47 | 100 UNIDADES | DISJUNTOR TRIFÁSICO 50A | R$ 47,00 | R$ 4.700,00 | | 48 | 300 BARRAS | ELETRODUTO EM PVC ½", BARRA DE 3 METROS, COM ROSCA | R$ 8,00 | R$ 2.400,00 | | 49 | 300 BARRAS | ELETRODUTO AÇO GALVANIZADO 25MM (1"), BARRA DE 3 METROS | R$ 19,49 | R$ 5.847,00 | | 50 | 100 BARRAS | ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO (1 ½"), BARRA DE 3 METROS | R$ 162,48 | R$ 16.248,00 | | 51 | 100 BARRAS | ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO (1 ¼"), BARRA DE 3 METROS | R$ 139,87 | R$ 13.987,00 | | 52 | 100 BARRAS | ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO (½"), BARRA DE 3 METROS | R$ 59,88 | R$ 5.988,00 | | 53 | 100 BARRAS | ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO 20 MM (¾"), BARRA DE 3 METROS | R$ 30,73 | R$ 3.073,00 | | 54 | 100 BARRAS | ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO 32MM (1 1/4"), BARRA DE 3 METROS | R$ 68,34 | R$ 6.834,00 | | 55 | 200 ROLOS | FITA ISOLANTE 20M, 19mm, cor preto | R$ 10,83 | R$ 2.166,00 | | 56 | 100 UNIDADES | INTERRUPTOR 1TS EXTERNO | R$ 17,99 | R$ 1.799,00 | | 57 | 100 UNIDADES | INTERRUPTOR PARALELO (2 MÓDULOS) | R$ 14,84 | R$ 1.484,00 | | 58 | 100 UNIDADES | INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO) | R$ 22,92 | R$ 2.292,00 | | 59 | 100 UNIDADES | INTERRUPTOR SIMPLES (3 MÓDULOS) | R$ 25,65 | R$ 2.565,00 | | 60 | 300 UNIDADES | HASTE DE ILUMINAÇÃO DE 2,5M, COM DIÂMETRO DE 50MM, EM AÇO | R$ 363,15 | R$ 108.945,00 | | 61 | 300 UNIDADES | HASTE DE ATERRAMENTO DE 2,40M X 5/8, COM CONECTOR | R$ 35,58 | R$ 10.674,00 | | 62 | 300 UNIDADES | HASTE PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE 01 METRO, COM LUMINÁRIA FECHADA COM GRADE DE E27 | R$ 133,96 | R$ 40.188,00 | | 63 | 500 UNIDADES | ISOLADOR TIPO ROLDANA DE PORCELANA, COM SUPORTE DE AÇO, DIMENSÕES MÍNIMAS DE 70X70MM. | R$ 23,13 | R$ 11.565,00 | | 64 | 300 UNIDADES | ISOLADOR OLHAL DE PORCELANA, DIMENSÕES MINIMAS DE 76 X 79MM, | R$ 88,52 | R$ 26.556,00 | | 65 | 300 UNIDADES | LÂMPADA BULBO LED, 30W, E27, 220V, LUZ BRANCA 6.000K, MINIMO DE 2400 LUMENS. | R$ 19,00 | R$ 5.700,00 | | 66 | 300 UNIDADES | LÂMPADA BULBO LED 200W, E40. | R$ 148,31 | R$ 44.493,00 | | 67 | 500 UNIDADES | LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO ALTA PRESSÃO E27 OVAL LEITOSA 70W, 220V, COM FLUXO LUMINOSO MÍNIMO DE 5600 LÚMENS, VIDA ÚTIL MÍNIMA DE 24000 HORAS, NÃO RECONDICIONADA. | R$ 22,57 | R$ 11.285,00 | | 68 | 500 UNIDADES | LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO ALTA PRESSÃO E40 OVAL LEITOSA 150W 220V, COM FLUXO LUMINOSO MÍNIMO DE 14000 LÚMENS, VIDA ÚTIL MÍNIMA DE 24000 HORAS, NÃO RECONDICIONADA. | R$ 16,84 | R$ 8.420,00 | | 69 | 500 UNIDADES | LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO ALTA PRESSÃO E40 OVAL LEITOSA 250W 220V, COM FLUXO LUMINOSO MÍNIMO DE 32000LÚMENS, VIDA ÚTIL MÍNIMA DE 30000 HORAS, NÃO RECONDICIONADA. | R$ 17,86 | R$ 8.930,00 | | 70 | 500 UNIDADES | LÂMPADA VAPOR METÁLICO 250W, TUBULAR, CLARA, FLUXO LUMINOSO>= 18.000 LUMENS, TEMPERATURA DE COR 5.500K, IRC>= 70%, VIDA ÚTIL 15.000H, BASE E-40 | R$ 20,00 | R$ 10.000,00 | | 71 | 500 UNIDADES | LÂMPADA VAPOR METÁLICO 400W, TUBULAR, CLARA, FLUXO LUMINOSO>= 32.000 LUMENS, TEMPERATURA DE COR 5.500K, IRC>= 70%, VIDA ÚTIL 15.000H, BASE E-40 | R$ 24,75 | R$ 12.375,00 | | 72 | 500 UNIDADES | LUMINÁRIA LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA 100W, certificado LM-80, IRC >=70, GARANTIA DE 05 ANOS, TEMPERATURA DE COR BRANCO FRIO 4.000K a 5.000K, MATERIAL DO CORPO DE ALUMÍNIO INJETADO, VIDA ÚTIL DE ATÉ 50.000 HORAS, DE NO MÍNIMO 10.000 LÚMENS, BIVOLT AUTOMÁTICO, PROTEÇÃO IP66, BASE PARA RELÉ TRES PINOS, CABO DE ALIMENTAÇÃO DA LUMINÁRIA DE SER DE 2,5MM. | R$ 139,91 | R$ 69.955,00 | | 73 | 500 UNIDADES | LUMINÁRIA LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA 150W, certificado LM-80, IRC >=70, GARANTIA DE 05 ANOS, TEMPERATURA DE COR BRANCO FRIO 4.000K a 5.000K, MATERIAL DO CORPO DE ALUMÍNIO INJETADO, VIDA ÚTIL DE ATÉ 50.000 HORAS, LUMINOSIDADE DE NO MÍNIMO 21.000 LÚMENS, BIVOLT AUTOMÁTICO, PROTEÇÃO IP66, BASE PARA RELÉ TRES PINOS, CABO DE ALIMENTAÇÃO DA LUMINÁRIA DE SER DE 2,5MM. | R$ 160,25 | R$ 80.125,00 | | 74 | 500 UNIDADES | LUMINÁRIA SOLAR LED 200W ILUMINAÇÃO PÚBLICA; RECARREGAVEL COM PLACA SOLAR E SENSOR DE PRESENÇA INTEGRADA; COM CONTROLE INTELIGENTE DE LUZ; FABRICADA EM ALUMÍNIO; GRAU DE PROTEÇÃO: IP66; BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL SOLAR; FLUXO LUMINOSO MÍNIMO: 17.000 LÚMENS; TEMPERATURA DE COR: SERÃO ACEITAS FABRICADAS NA FAIXA DE 4.000K a 5.000K; VIDA ÚTIL DA LUMINÁRIA MAIOR QUE 50.000 HORAS; FUNCIONAMENTO EM USO CONTÍNUO MÍNIMO DE 12 HORAS; ALTURA DO POSTE RECOMENDADA DE 6 METROS DE ALTURA; TEMPERATURA DE TRABALHO: 0 À 50ºC; DEVE ACOMPANHAR PARAFUSOS DE FIXAÇÃO; FIXAÇÃO EM PONTA DE BRAÇO 48MM A 60,3MM DE DIÂMETRO; GARANTIA DE 05 ANOS | R$ 194,77 | R$ 97.385,00 | | 75 | 500 UNIDADES | LUMINÁRIA LED REFLETOR 30W | R$ 23,82 | R$ 11.910,00 | | 76 | 500 UNIDADES | PLAFON BOCAL PORCELANA E27 | R$ 2,77 | R$ 1.385,00 | | 77 | 500 UNIDADES | LUVA PARA ELETRODUTO PVC 1”, COM ROSCA. | R$ 7,63 | R$ 3.815,00 | | 78 | 500 UNIDADES | LUVA PARA ELETRODUTO PVC ¾, COM ROSCA. | R$ 2,24 | R$ 1.120,00 | | 79 | 200 PACOTES | PARAFUSO COM BUCHA 6MM X 5CM, PACOTE COM 10 UNIDADES | R$ 39,88 | R$ 7.976,00 | | 80 | 20 UNIDADES | POSTE DE ENERGIA PADRÃO RGE – TRIFÁSICO, espessura dos cabos 16mm. | R$ 2.516,66 | R$ 50.333,20 | | 81 | 20 UNIDADES | POSTE DE ENERGIA PADRÃO RGE – BIFÁSICO, espessura dos cabos 16mm. | R$ 1.716,67 | R$ 34.333,40 | | 82 | 20 UNIDADES | POSTE DE ENERGIA PADRÃO RGE – MONOFÁSICO, espessura dos cabos 16mm. | R$ 1.683,33 | R$ 33.666,60 | | 83 | 500 UNIDADES | REATOR EXTERNO 70W, 220V, 60HZ, VAPOR DE SÓDIO, ALTO FATOR DE POTÊNCIA, COM INVÓLUCRO E TAMPAS EM CHAPA DE AÇO CARBONO (PINTADO OU ZINCADO) COM ESPESSURA MÍNIMA DE 1,2MM, COM BASE PARA RELÉ FOTOELÉTRICO ACOPLADA, COMPERDAS MÁXIMAS DE 12W, DELTA T 65º, CONFORME ABNT NBR 13593. GARANTIA MÍNIMA DE 60 MESES. OS REATORES DEVERÃO SER PROVIDOS DE SERIGRAFIA IDELÉVEL OU PLACA DE IDENTIFICAÇÃO METÁLICA TAMBÉM INDELÉVEL COM AS INFORMAÇÕES DO REATOR E A DATA DE FABRICAÇÃO, NÃO SERÃO ADMITIDOS ADESIVOS. COM SELO PROCEL. | R$ 55,72 | R$ 27.860,00 | | 84 | 500 UNIDADES | REATOR EXTERNO 150W, 220 V, 60 HZ, VAPOR DE SÓDIO, ALTO FATOR DE POTÊNCIA, COM INVÓLUCRO E TAMPAS EM CHAPA DE AÇO CARBONO (PINTADO OU ZINCADO) COM ESPESSURA MÍNIMA DE 1,2MM, COM BASE PARA RELÉ FOTOELÉTRICO ACOPLADA, COM PERDAS MÁXIMAS DE 18 W, DELTA T 65º, CONFORME ABNT NBR 13593. GARANTIA DE 60 MESES. OS REATORES DEVERÃO SER PROVIDOS DE SERIGRAFIA INDELÉVEL OU PLACA DE IDENTIFICAÇÃO METÁLICA TAMBÉM INDELÉVEL COM AS INFORMAÇÕES DO REATOR E A DATA DE FABRICAÇÃO, NÃO SERÃO ADMITIDOS ADESIVOS . COM SELO PROCEL. | R$ 55,14 | R$ 27.570,00 | | 85 | 500 UNIDADES | REATOR EXTERNO 250W, 220 V, 60 HZ, VAPOR DE SÓDIO, ALTO FATOR DE POTÊNCIA, COM INVÓLUCRO E TAMPAS EM CHAPA DE AÇO CARBONO (PINTADO OU ZINCADO) COM ESPESSURA MÍNIMA DE 1,2MM, COM BASE PARA RELÉ FOTOELÉTRICO ACOPLADA, COM PERDAS MÁXIMAS DE 24 W, DELTA T 65º, CONFORME ABNT NBR 13593. GARANTIA DE 60 MESES. OS REATORES DEVERÃO SER PROVIDOS DE SERIGRAFIA INDELÉVEL OU PLACA DE IDENTIFICAÇÃO METÁLICA TAMBÉM INDELÉVEL COM AS INFORMAÇÕES DO REATOR E A DATA DE FABRICAÇÃO, NÃO SERÃO ADMITIDOS ADESIVOS . COM SELO PROCEL. | R$ 49,75 | R$ 24.875,00 | | 86 | 500 UNIDADES | REATOR VAPOR METÁLICO 250W USO EXTERNO. GARANTIA MÍNIMA DE 36 MESES.OS EATORES DEVERÃO SER PROVIDOS DE SERIGRAFIA INDELÉVEL OU PLACA DE IDENTIFICAÇÃO METÁLICA TAMBÉM INDELÉVEL COM AS INFORMAÇÕES DO REATOR E A DATA DE FABRICAÇÃO, NÃO SERÃO ADMITIDOS ADESIVOS. ATENDER A NBR 14305. | R$ 54,39 | R$ 27.195,00 | | 87 | 500 UNIDADES | REATOR VAPOR METÁLICO 400W USO EXTERNO. GARANTIA MÍNIMA DE 36 MESES.OS EATORES DEVERÃO SER PROVIDOS DE SERIGRAFIA INDELÉVEL OU PLACA DE IDENTIFICAÇÃO METÁLICA TAMBÉM INDELÉVEL COM AS INFORMAÇÕES DO REATOR E A DATA DE FABRICAÇÃO, NÃO SERÃO ADMITIDOS ADESIVOS. ATENDER A NBR 14305. | R$ 70,84 | R$ 35.420,00 | | 88 | 2000 UNIDADES | RELÉ FOTOELÉTRICO COM SISTEMA DE ACIONAMENTO ELETROMAGNÉTICO (PARTIDA INSTANTÂNEA), INTERCAMBIÁVEL, A TAMPA INVÓLUCRO E A BASE DEVEM SER INJETADAS EM POLIPROPILENO ESTABILIZADO CONTRA RAIOS ULTRAVIOLETA OU POLICARBONATO INJETADO RESISTENTE E INTEMPÉRIES E RAIOS UV. TAMPA PARAFUSADA À BASE DE MODO QUE O RELÉ POSSA SER ABERTO E RECONDICIONADO FORA DA FÁBRICA. GRAU DE PROTEÇÃO MÍNIMO DE IP-54. CONTATOS, NORMALMEMTE FECHADOS (NF), TENSÃO NOMINAL DE 220V, FREQUÊNCIA 60HZ, COM DISPOSITIVO SUPRESSOR DE SURTOS DE TENSÃO, CAPACIDADE DE CARGA INSTALADA 1000W/ 1800VA. PINOS DE CONTATO EM LATÃO ESTANHADO LIVRES DE REBARBAS E COM ENCAIXFÁCIL EM QUALQUER MARCA DE BASE PADRÃO ABNT CONFORME NORMA ABNT 5123. | R$ 47,75 | R$ 95.500,00 | | 89 | 500 UNIDADES | BASE PARA RELÉ FOTOELETRICO , TRÊS PINOS, COM SUPORTE METÁLICO. | R$ 15,16 | R$ 7.580,00 | | 90 | 1000 UNIDADES | SOQUETE E27 (ILUMINAÇÃO PÚBLICA) | R$ 2,56 | R$ 2.560,00 | | 91 | 1000 UNIDADES | SOQUETE E40 | R$ 17,63 | R$ 17.630,00 | | 92 | 500 UNIDADES | TOMADA 2P+T SISTEMA X | R$ 11,33 | R$ 5.665,00 | | 93 | 100 UNIDADES | TOMADA BARRA | R$ 27,49 | R$ 2.749,00 | | 94 | 100 ROLOS | MANGUEIRA LUMINOSA DE LED NA COR BRANCA, FLEXÍVEL, COM NO MÍNIMO 30 LÂMPADAS DE LEDS POR METRO, COM VISUALIZAÇÃO DE 360º, COBERTURA EM PVC COM FILTRO UV, DE NO MÍNIMO 12MM DE DIÂMETRO, COM POSSIBILIDADE DE CORTE A CADA 2 METROS, VOLTAGEM DE 127V/ 220V, ROLO DE 10 METROS, SENDO INCLUSO A CADA ROLO 05 CABOS DE LIGAÇÃO, 05 CINCO CONECTORES DE EMENDA, 05 TERMINAIS PARA VEDAÇÃO DA PONTA DA MANGUEIRA. | R$ 177,97 | R$ 17.797,00 | | 95 | 100 UNIDADES | LUMINÁRIA DE LED ORNAMENTAL 120W EM ALUMINIO INJETADO PARA PRAÇAS 5000K. - LUMINÁRIA TIPO ORNAMENTAL EM ALUMÍNIO INJETADO A ALTA PRESSÃO POTÊNCIA DE 120W, FATOR DE POTÊNCIA DE 0,98; FLUXO LUMINOSO IGUAL OU SUPERIOR A 18.000 LUMENS, DIFUSOR VIDRO TEMPERADO, TEMPERATURA DE COR ENTRE 5.000K, IRC 70, THD | R$ 760,45 | R$ 76.045,00 | | 96 | 50 UNIDADES | POSTE CONICO CONTINUO EM AÇO GALVANIZADO, RETO, FLAGEADO. | R$ 770,00 | R$ 38.500,00 | | 97 | 50 UNIDADES | POSTE SOLAR COM PAINEL FOTOVOLTÁICO E LUMINÁRIA DE LED 80W INSTALADO | R$ 9.100,18 | R$ 455.009,00 | | 98 | 200 UNIDADES | DISPOSITIVO DR TETRAPOLAR 63A/30ma 3Ka | R$ 238,29 | R$ 47.658,00 | | 99 | 200 UNIDADES | DISPOSITIVO DR 2 POLOS 63A/30ma | R$ 170,66 | R$ 34.132,00 | | 100 | 500 UNIDADES | REFLETOR 200WATTS, 18.000 LUMENS, TEMPERATURA DE COR BRANCA FRIA 6.500K, VOLTAGEM: BIVOLT, ÂNGULO 120º, PROTEÇÃO IP 66, COM ERTIFICAÇÃO DO INMETRO | R$ 365,66 | R$ 182.830,00 | | 101 | 500 UNIDADES | REFLETOR 400WATTS, 18.000 LUMENS, TEMPERATURA DE COR BRANCA FRIA 6.500K, VOLTAGEM: BIVOLT, ÂNGULO 120º, PROTEÇÃO IP 66, COM ERTIFICAÇÃO DO INMETRO | R$ 219,16 | R$ 109.580,00 | | 102 | 200 UNIDADES | LUMINÁRIA LED 150W 5.000K CONFORME TERMO REFERÊNCIA. LUMINÁRIA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM LED, POTÊNCIA DE 150W; FLUXO LUMINOSO 25.200 LM, EFICIÊNCIA DE 168 LM/W, FATOR DE POTÊNCIA ≥0,98; ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE COR >70; FAIXA DE TENSÃO NOMINAL FULL RANGE 90~305, TEMPERATURA DE COR 5000K; GRAU DE PROTEÇÃO IP 66; ENCAIXE PARA TUBOS DE Ø25MM À Ø60,3MM; PROTEÇÃO CONTRA SURTO10KV/12KA; THDVIDA ÚTIL 102.000H L70; COM CERTIFICADO N° 2211922 E REGISTRO NO INMETRO SOB NÚMERO: 012104/2022. GARANTIA DO PRODUTO 5 ANOS. | R$ 613,35 | R$ 122.670,00 | | 103 | 200 UNIDADES | LUMINÁRIA LED 200W 5.000K CONFORME TERMO REFERÊNCIA. LUMINÁRIA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM LED, POTÊNCIA DE 200W; FLUXO LUMINOSO 33.400 LM, EFICIÊNCIA DE 167 LM/W, FATOR DE POTÊNCIA ≥0,98; ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE COR >70; FAIXA DE TENSÃO NOMINAL FULL RANGE 90~305, TEMPERATURA DE COR 5000K; GRAU DE PROTEÇÃO IP 66; ENCAIXE PARA TUBOS DE Ø25MM À Ø60,3MM; PROTEÇÃO CONTRA SURTO 10KV/12KA; THD | R$ 917,23 | R$ 183.446,00 | | 104 | 300 UNIDADES | LÂMPADA BULBO LED, 50W, E27, 220V, LUZ BRANCA 6.000K, MÍNIMO DE 2400 LUMENS. | R$ 37,33 | R$ 11.199,00 | | 105 | 1000 UNIDADES | PARAFUSO PARA ABRAÇADEIRAS M16X70 | R$ 3,64 | R$ 3.640,00 | | 106 | 2000 METROS | CABO DE COBRE FLEXÍVEL 16MM² 450/750V | R$ 11,57 | R$ 23.140,00 | | **Valor total: R$ 2.852.465,90 (dois milhões e oitocentos e cinquenta e dois mil e quatrocentos e sessenta e cinco reais e noventa centavos).** | | | | |  1. **Prazo do contrato:** Registro de Preços pelo período de 06 (seis) meses. 2. **Prorrogação:** sem prorrogação de prazo em virtude do controle da variação de preços. |

|  |
| --- |
| **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO** |
| Estudo Técnico Preliminar identificou a necessidade de abastecimento contínuo de material elétrico, garantindo o funcionamento das secretarias e setores subordinados. Os bens são padronizados e classificados como “comuns”, justificando a adoção de pregão eletrônico para registro de preços, conforme art. 28, inciso I da Lei nº 14.133/2021. |

|  |
| --- |
| **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO** |
| Aquisição centralizada de materiais comuns, com entregas parciais sob demanda, garantindo economia de escala e regularidade no suprimento durante o ciclo de vida da Ata de Registro de Preços. |

|  |
| --- |
| **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO** |
| * Produtos novos, com validade mínima de 06 meses à contar da entrega. * Conformidade com normas da ABNT * Entrega parcelada conforme requisições * Garantia de substituição de itens com defeito |

|  |
| --- |
| **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO** |
| Entrega mediante requisição (empenho) emitida pelo setor responsável e enviada via e-mail para a Detentora da Ata de Registro de Preços, em até 15 dias úteis, junto a Secretaria Municipal de Obras, Saneamento e Trânsito, localizada na Rua Pindaí, S/N, Centro de Guarani das Missões/RS. Os produtos serão conferidos e aceitos mediante termo de recebimento junto a Nota Fiscal e posterior encaminhamento ao Setor de Contabilidade para liquidação e pagamento. |

|  |
| --- |
| **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO** |
| Fiscal da Ata de Registro de Preços designado por portaria acompanhará prazos de entrega, qualidade e substituições. |

|  |
| --- |
| **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO** |
| Pagamento em até 10 (dez) dias após o recebimento e aceite definitivo de cada entrega, mediante apresentação da nota fiscal e atesto de recebimento. |

|  |
| --- |
| **8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR** |
| Critério: menor preço por item, com habilitação jurídica, fiscal e econômico-financeira. Empate e lances sucessivos conforme disposição legal aplicável. |

|  |
| --- |
| **9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO** |
| **Valor global estimado: R$ 2.852.465,90 (dois milhões e oitocentos e cinquenta e dois mil e quatrocentos e sessenta e cinco reais e noventa centavos).**  Memória de cálculo conforme descrito no item 1, alínea “a” do presente termo de referência.  Cotações: **A estimativa do valor da contratação foi pesquisada através de editais de outros municípios cadastrados junto a plataforma do LicitaCon, Portal de Compras Públicas, Portal Nacional de Contratações e em sites da internet. Documentos comprobatórios da pesquisa estão anexos ao ETP – Estudo Técnico Preliminar.** |

|  |
| --- |
| **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** |
| Por se tratar de Registro de Preços não há a necessidade de informar a dotação orçamentária, visto que apenas será emitido empenho caso haja disponibilidade orçamentária que será verificada antes de qualquer aquisição ou compra. |

**ANEXO II**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ do ano de 2025, o **MUNICÍPIO DE GUARANI DAS MISSÕES/RS**, pessoa jurídica de Direito Público, com sede administrativa na Rua Boa Vista, 265, CNPJ sob nº 87.613.030/0001-51, neste ato representado pelo Prefeito Leandro Inácio Wastowski, portador do CPF nº 984.123.450-53, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, e dos Decretos Municipais nºs 3.214/2023 e 3.218/2023, emite a presente Ata de Registro de Preços com o objetivo de formalizar o ***registro de preços para eventuais e futuras* aquisições de materiais elétricos para a manutenção da iluminação pública e Secretarias Municipais***,* em decorrência da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 021/2025 – Registro de Preços, Processo nº 3.146/2025, pela empresa abaixo relacionada.

EMPRESA:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1** Registro de preços para eventuais e futuras aquisições de materiais de elétricos para a manutenção da iluminação pública e Secretarias Municipais, conforme as especificações contidas no presente termo.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS**

**2.1.** Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, terá a validade de 06 (seis) meses, a contar da presente data.

**2.2.** Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o MUNICÍPIO DE GUARANI DAS MISSÕES/RS não estará obrigado a adquirir o objeto referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao FORNECEDOR, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**2.3.** A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o FORNECEDOR assume o compromisso de atender durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

**2.4.** A contratação decorrente desta Ata será formalizada pela emissão da Nota de Empenho de Despesa, a qual será encaminhada via e-mail pelo setor competente.

**2.5.** Mediante a emissão da Nota de Empenho estará caracterizado o compromisso de entrega dos itens relacionados.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS E DOS ITENS DE FORNECIMENTO**

Os preços ofertados pela empresa classificada em primeiro lugar, por objeto/lote, signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os abaixo:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **MARCA** | **UN** | **QUANT MIN** | **QUANT MAX** | **V. UNIT** |
|  |  |  |  |  |  |  |

**CLÁUSULA QUARTA - DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS**

**4.1.** Durante o período de 12 (doze) meses, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei nº 14.133/21 ou de redução dos preços praticados no mercado.

**4.2.** Mesmo comprovada à ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei n.º 14.133/2021, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

**4.3.** Comprovada a redução dos preços praticados no mercado, nas mesmas condições do registro, e, definidos o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pelo setor competente para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

**CLÁUSULA QUINTA – DA ENTREGA**

**5.1** A entrega dos materiais deverá ser no seguinte endereço, de forma parcelada, conforme solicitado, mediante expedição de empenho:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SANEAMENTO E TRÂNSITO – RUA PINDAÍ, S/N;

**5.2 As entregas deverão ser realizadas em até 15 (quinze) dias úteis após a expedição do empenho (enviado via e-mail)**.

**5.3** As entregas deverão ser realizadas livre de frete e descarga, em condições de higiene, devidamente transportados de acordo com a legislação.

**5.4** No ato da entrega os materiais deverão estar separados conforme descrito nos empenhos, para fins de facilitar o recebimento.

**CLÁUSULA SEXTA – PRAZOS E CONDIÇÕES DO PAGAMENTO**

**6.1** O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias a contar da entrega, sendo efetuado mediante crédito em conta corrente bancária, indicados pelo fornecedor na proposta vencedora ajustada ao lance, contendo a descrição dos produtos, quantidades, banco, código da agência e o número da conta corrente da empresa, para efeito de pagamento preços unitários e o valor total e nota de entrega atestada.

**6.2.** A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico, da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de liquidação e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

**6.3.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de 10 (dez) dias após a entrega e recebimento definitivo.

**6.4.** Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice INPC do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

**CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÃO DAS PARTES**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:**

1. Acompanhar a entrega do objeto;
2. Comunicar ao Fornecedor toda e qualquer ocorrência relacionada à aquisição do objeto;
3. Proceder às advertências, multas e demais comunicações legais pelo descumprimento dos termos deste instrumento;
4. Verificar a regularidade da situação fiscal do Fornecedor e dos recolhimentos sociais trabalhistas sob sua responsabilidade, antes de efetuar cada pagamento devido;
5. Promover a fiscalização e conferência dos fornecimentos executados pelo Fornecedor e atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução total, fiel e correta dos fornecimentos, podendo rejeitar, no todo ou em parte, o material que o Fornecedor entregar fora das especificações do Edital;
6. Efetuar o pagamento na forma convencionada neste instrumento se cumpridas as formalidades constantes do Edital;
7. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Fornecedor;
8. Observar para que, durante toda a vigência da contratação, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas e as condições de habilitações exigidas;
9. Notificar, por escrito, ao Fornecedor, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do fornecimento, fixando prazo para sua correção.

**PARÁGRAFO SEGUNDO - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:**

1. Toda e qualquer entrega fora do estabelecido no edital o fornecedor deverá realizar a sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação que lhe será entregue;
2. Cumprir fielmente as obrigações definidas nesta Ata de Registro de Preços, de forma que o objeto deverá ser entregue de acordo com as exigências nela contidas;
3. Prestar todos os esclarecimentos solicitados e atender às reclamações formuladas;
4. Comunicar ao Município, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários;
5. Manter, durante toda a execução da contratação, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório;
6. Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento, desde o transporte, embalagens, como também encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e salários de seus empregados;
7. Comunicar ao Município, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis que antecedem o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**:

**8.1.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

**a)** dar causa à inexecução parcial do contrato;

**b)** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**c)** dar causa à inexecução total do contrato;

**d)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**e)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**f)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**g)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**i)** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**j)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**l)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**m)** praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12846.htm#art5)

**8.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 8.1 desta Ata de Registros de Preços as seguintes sanções:

**a)** advertência;

**b)** multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

**c)** impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**8.3** As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 8.2. da presente Ata de Registro de Preços poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

**8.4.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 8.2 do presente Ata de Registro de Preços.

**8.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**8.6.** A aplicação das sanções previstas no item 8.2. desta Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**8.7.** Na aplicação da sanção prevista no item 8.2, alínea “b”, da presente Ata de Registro de Preços, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**8.8.** Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 8.2 da presente Ata de Registro de Preços o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**8.9.** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**8.10.** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**8.11.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**8.12.** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**8.13.** A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 8.2 da presente Ata de Registro de Preços exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

**CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: As despesas a ser realizadas com a aquisição do objeto, decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços, correrão à conta dos recursos previstos no orçamento do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O Fornecedor terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

**I.** A pedido, quando:

1. comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, desde que devidamente comprovados;

**II.** Por iniciativa do Município, quando:

1. não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
2. perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
3. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
4. não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
5. não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;
6. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO**: Fica eleito o foro da Comarca de Guarani das Missões/RS, para dirimir as questões oriundas da execução deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Guarani das Missões/RS, em ......de ............... de .......

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Leandro Inácio Wastowski (nome)

CPF nº 984.123.450-53 Representante da Empresa

Prefeito

Testemunhas:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**ANEXO III**

**MODELO SUGERIDO DE PROPOSTA**

**AO MUNICÍPIO DE GUARANI DAS MISSÕES/RS**

**REFERENTE AO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2025**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| DADOS DA EMPRESA PROPONENTE | | | |
| RAZÃO SOCIAL |  | | |
| CNPJ Nº |  | | |
| ENDEREÇO |  | | |
| FONE |  | E-MAIL |  |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **UNIDADE** | **DESCRIÇÃO** | **Marca** | **Valor unitário** |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |

Declaramos que no preço ofertado estão já estão inclusos os tributos, os fretes, as tarifas, e as despesas decorrentes da execução do objeto.

Prazo de validade da proposta: 60 dias úteis.

(Município), em \_\_\_\_\_\_de\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Representante Legal

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À NORMA DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Ao

Município de Guarani das Missões/RS

A/C Setor de Licitações e Contratos

Prezado(a) Senhor(a):

A empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n°\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade no\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF no \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, DECLARA, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(representante legal da empresa)

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO DE BENEFICIÁRIO DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006**

EMPRESA:

CNPJ/MF N°

ENDEREÇO:

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Licitante, queremos nos utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, para tanto, declaro sob as responsabilidades da Lei, que a mesma de enquadra como:

( ) microempresa

( ) empresa de pequeno porte

( ) cooperativa, com receita bruta até o limite de R$ 4.800.000,00/ano

Por ser expressão da verdade, eu Contador (a) firmo a presente.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do(a) Contador (a)